

Desporto Educaional: realidade e possibilidades das políticas governamentais e das práticas pedagógicas nas escolas públicas¹

Celi Nelza Zulke Taffarel*

Resumo

Análise crítica do desporto educacional considerando as políticas públicas e as práticas pedagógicas dos professores.

INTRODUÇÃO

Para refletir criticamente sobre DESPORTO EDUCACIONAL², três são, no mínimo, as dimensões a serem levadas em consideração:

1. A Gênese e a atual caracterização hegemônica da Instituição Desporto em relação ao projeto histórico³ hegemônico;

2. A inclusão do Desporto e suas finalidades no Sistema Educacional às políticas públicas de perfil neoliberal formuladas e implementadas nas duas últimas décadas;

3. As práticas pedagógicas dos professores no trato com o conteúdo de ensino desporto nos currículos das escolas públicas - a busca da REINVENÇÃO DO ESPORTE.

As possibilidades de abordar o tema problematizando-o - seja no traçar ou retraçar a gênese do desporto ou, na análise das políticas públicas e

das práticas pedagógicas -, decorrem, de um lado, dos severos questionamentos à Instituição Desportiva - seja pelo seu alto grau de corrupção, alienação, desumanização, quanto pelo seu contraditório potencial educativo⁴ - e, de outro, das necessidades históricas impostas pelas contingências de um processo civilizatório colapsado pela tendência à destruição e degeneração de um sistema econômico autofágico que destrói trabalho e trabalhador, esgotando possibilidades de saídas à barbárie, recorrendo, atualmente, para recompor sua hegemonia destrutiva, também, à Instituição Desporto e sua expressão no Sistema Educacional - o Desporto Educacional.

O núcleo central da reflexão sobre o Desporto Educacional gira em torno das contradições explicitadas e realçadas neste momento entre a Instituição Desporto e suas relações/contradições com a Educação.

Este é o eixo central em torno do qual articulam-se outras questões, como por exemplo, os interesses políticos e econômicos de exploração de mercados em expansão - mercado desportivo - fazendo-o a partir da escola, local privilegiado para sua introdução e ampliação, afinal é ali que devem circular durante 14 anos todos as pessoas que vivem sob os auspícios da República Federativa do Brasil, cuja Constituição promulgada em 1988 assim o exige⁵. A estratégia para tal é a máxima: "Escola é celeiro de atletas", ou como denominam no Nordeste, locum privilegiado para "captação de atletas"⁶.

Frente a acentuada desagregação da nação e da destruição paulatina do lastro de vida digna na sociedade impõe-se reconhecer as estratégias de recomposição da hegemonia do capitalismo enquanto forma de produção e reprodução da vida. Destacam-se daí:

a) a reestruturação produtiva, estratégia de organização do mundo do trabalho para manutenção dos traços hegemônicos das relações capitalísticas de produção e reprodução da vida;

b) a formação do Estado - que se quer adequado, via reformas, aos ajustes estruturais, orientados pelas relações estabelecidas na sociedade, dividida em classes e, pelas relações estabelecidas entre todas as nações do mundo e as superpotências (G7 + 1), destacando-se daí a tentativa da supremacia imperialista norte-americana, pelo seu poderio armamentista, econômico e político.

c) formação das consciências, das mentalidades, das subjetividades, adequadas a tais reestruturações e ajustes, recorrendo-se a tudo o que pode dar sustentação a isto, inclusive, ao desporto e suas características hegemônicas na atualidade.

A formação do trabalhador está em questão, a moderna pedagogia está em questão, o Estado está em questão, a formação da consciência e da subjetividade humana estão em questão. As políticas públicas implementadas no Brasil, sob os auspícios dos Governos Collor de Mello e FHC fracassaram⁷.

Neste momentos de acentuada decomposição do sistema capitalista ressurgem problemáticas como as relações e contradições entre Sociedade - Educação; Estado - Educação; Trabalho - Educação; Trabalho - Lazer; Educação - Desporto. Este é o fantástico desafio histórico que nos leva a empreender esforços de grande envergadura para nos confrontarmos e responder-

mos as problemáticas significativas de nosso tempo histórico.

A iniciativa do parlamento brasileiro de convocar a I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto/2000 e aprofundar o diálogo com diversos segmentos sociais é uma, entre muitas outras, que deverão constituir tais esforços

DESENVOLVIMENTO

Olhar o Desporto isolado, fora do contexto de inter-relações é atribuir-lhe uma autonomia inexistente. As visões idealistas de que o desporto é algo bom em si mesmo e que paira acima dos conflitos e confrontos humanos e sociais, já foram severamente criticadas por estudiosos como Norbert Elias, Bourdieu, Dieckert, Hildebrandt-Strammann, Bracht, Assis de Oliveira, Ortega, Kunz, entre outros.

Ao traçarmos a gênese do Desporto podemos perceber claramente que, ao longo da história da humanidade o aparentemente, e só aparente, jogo com caráter prazeroso, lúdico, criativo, investigativo, institucionalizou-se e assumiu a forma de desporto.

O desporto configurou-se ao longo da história humana, respondendo a contingências e necessidades próprias de formações humanas e sócio-econômicas-culturais. A História nos possibilita este desvelamento.

O problema hoje é "o imperialismo do corpo" e as novas formas de eugenia, conforme denuncia TOGNOLLI (2000), p. 44). A eugenia dita positiva, segundo o mesmo autor, "preocupa-se com a aplicação de uma reprodução seletiva, de modo a "aprimorar" as características de um organismo ou espécie.⁸

Para caracterizar a Instituição Desporto em nossa sociedade contemporânea podemos nos valer dos estudos de Jean-François BOURG, pesquisador do CENTRO DE DIREITO E ECONOMIA DO ESPORTE, da Universidade de Limoges/França.

BOURG identifica em seus estudos dois momentos do esporte que correspondem a duas ordens econômicas. Um quando do restabelecimento dos Jogos Olímpicos Modernos em 1896, onde seu criador o Barão Pierre de Coubertin, refere-se a uma moral aristocrática e estetismo virtuoso. Outra, quando as empresas patrocinadoras dos Jogos Olímpicos explicam, de outra forma, a sua participação financeira. A passagem de uma a outra submeteu o esporte a uma lógica produtivista (o rendimento) e a seu modo de avaliação (a moeda).

Ainda segundo BOURG, com a aceleração deste fenômeno, a tensão crescente entre as leis da economia e a exigência ética do jogo, coloca o problema das finalidades do esporte, da salvaguarda

de sua credibilidade e até mesmo de sua sobrevivência".

Fatos recentes ressaltam a aceleração e, até mesmo, o agravamento do fenômeno: o capital transnacional assumindo a direção de empresas esportivas lucrativas e a eliminação exclusão do considerado "não rentável".

A Educação Física & Esporte na Universidade e no Sistema Nacional de Educação Pública - Educação Infantil, Ensino Básico - Fundamental e Médio -, em um dos grandes bolsões de miséria humana da América Latina, está sendo considerado imediatamente "não rentável". O rentável localiza-se no âmbito do consumo dos subprodutos da industrial cultural de massa.

Nesta Segunda ordem econômica três movimentos de grande envergadura somaram efeitos:

a) O esporte aparecendo como uma espécie de nova religião, o único modo de comunicação universal e acessível, oferecendo investimentos afetivos, resguardando símbolos e alimentando mitos e ainda, prestando-se a dramaturgia - manipulação do imaginário popular - pelos meios de comunicação de massa, via televisiva;

b) A obsolescência do sistema taylorista de organização do trabalho (disciplina, hierarquia, vigilância, controle, divisão de tarefas) e sua concep-

ção militar de mobilização da força de trabalho, e a manipulação dos "valores esportivos" como a lealdade, o senso de responsabilidade, o esforço pessoal, o espírito de equipe, caros as novas formas de gerenciamento científico da produtividade e da exploração da mais-valia.

c) A criação de necessidades, com a emergência de um tempo livre e o desenvolvimento do mito do corpo, criando-se um verdadeiro setor econômico com taxas de crescimento elevadas, de 10% a 15% ao ano.

Conjugam-se, portanto, dimensões culturais, sociais e econômicas da crise transformando o Modelo Esportivo em chave de sucesso dos empreendimentos disputados, tornando-se o esporte, como as empresas, uma figura do desempenho, uma forma de relações estabelecidas e estruturadas com vistas à eficácia.

"É preciso vencer sim, a qualquer custo. As massas desejam recordes que igualem os esportistas aos super heróis, patrocinados por grandes empresas, que investem em tecnologia, para estes homens aprimorados correrem cada vez mais e venderem cada vez mais os produtos que estas empresas produzem. Os heróis criados fazem propaganda de produtos que são consumidos pelas massas que aí se imaginam um pouco super heróis também, fechando-se o ciclo. Para garantir a sensação efêmera de potência dos normais, os atletas da mídia tomam hormônios, deixam de ser esportistas e viram máquinas de rendimento". (BOURG, *Recordes a qualquer preço*, 1995, P. 60)

A declaração de Fábio Augusto, meia-lateral do Corinthians "É como cuidar de um carro: você coloca o melhor combustível", ao explicar aos repórteres da Folha de São Paulo em 18/09/97, por que ingeria um complexo vitamínico importado, que contém efedrina, substância proibida que provoca suspensão preventiva por doping, ilustra bem o aqui exposto e atualiza o que BOURG aponta em sua obra "*O Louco dinheiro do esporte*".

Tostão (FSP, 05/11/2000, p. D9) alerta sobre o endeusamento e os efeitos do louco dinheiro na vida dos atletas do futebol brasileiro:

"Os talentosos garotos brasileiros ficam famosos e ricos muito cedo. Não há tempo para se adaptarem a uma nova e glamorosa vida. O personagem e a marca tornam-se mais valorizados do que o futebol desses jogadores".

O Jornalista Aldo Rablo, Deputado Federal pelo PC do B e presidente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da CBF-NIKE (Confederação Brasileira de Futebol - NIKE) em seu texto publicado na Folha de São Paulo (04 de novembro, 2000) nos possibilita riquíssimos elementos para configurar o desporto atual. Diz ele: valendo-se do exemplo do futebol:

"O futebol não era apenas um negócio. (...) Hoje o futebol é só negócio. O Clube tem patrocínio, o jogador, tem patrocínio, a chuteira tem patrocínio, a bola tem patrocínio, o estádio tem patrocínio, a transmissão tem

patrocínio, a CBF tem patrocínio. Mas os estádios estão vazios e os torcedores vêm bestificados os seus clubes transformarem-se em entrepostos comerciais."

A pergunta a nós colocada pelas contingências e que possibilita o encontro entre diferentes, não diz respeito ao mau desempenho do Brasil nas Olimpíadas 2000 em Sydney e, muito menos, como recuperar um bom desempenho Olímpico pela via do desporto escolar, ou então como conter a violência, o consumo de drogas e a prostituição pela via do desporto.

Trata-se de nos colocarmos ou recolocarmos a questão de fundo sobre: *quais as possibilidades com maior potencial humanizador em termos de relações, conhecimentos/saberes/conteúdos, tempos, espaços/lugares, elementos/aparelhos, situações, aprendizagens, linguagens, organizações e sujeitos, a partir da escola e para além dela, que possam contribuir na formação do SER HUMANO PLENO, INTEGRO, OMNILATERAL, ser que se reconhece enquanto espécie humana, que somente torna-se Homem acessando crítica, criativa e reflexivamente a cultura, através de diferentes elementos desenvolvidos pela humanidade nos diversos períodos históricos e, capazes de contribuir na construção de referências ontológicas e teológicas de vida.*

O que a Instituição Desporto tem a nos oferecer para responder a tal questão?

O Desporto da forma como veio sendo tratado no interior do Sistema Educacional, com suas características atuais, está sendo severamente questionado. Isto é evidente nos questionamentos às Políticas Públicas⁹, irresponsáveis, inconseqüentes, casuísticas, descontínuas e com caráter centralizador e ideológico dos últimos anos - refiro-me principalmente aos dois mandatos do Professor e Sociólogo FHC-e, pelas práticas dos professores nas escolas, sem condições objetivas de trabalho, sem acesso aos conhecimentos científicos, sem financiamento, com péssimos salários, sem grande capacidade organizativa reivindicatória e confrontacional desenvolvida e, com precaríssima formação inicial e continuada para fazer face a complexidade do que significa educar em tempos de barbárie.

O "Manifesto por uma Educação Física Inclusiva" assinado pelo CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - em outubro de 2000 e a Carta de Sergipe - assinado por mais de 1.500 profissionais da área e por autoridades universitárias e parlamentares, reatualizada em eventos das Secretarias Estaduais do CBCE Nordeste, encaminhada ao CBCE e a Fóruns internacionais deixam isto evidente.

O desporto educacional vem sendo questionado porque com a sua atual caracterização hegemônica, não contribui para debelar a revoltan-

te e desumana desigualdade social e não está sintonizado com os anseios por uma sociedade justa, pelo contrario, acentua e assegura desigualdades.

Kunz (1994) resume as críticas ao esporte, na forma que este tradicionalmente ocorre na sociedade e na escola, no seguinte:

1) O esporte como é conhecido na sua prática hegemônica, nas competições esportivas nos meios de comunicação (televisão), não apresenta elementos de formação geral - nem mesmo para saúde física, mais preconizado para esta prática - para se constituir uma Realidade Educacional.

2) O esporte ensinado nas escolas enquanto cópia irrefletida do esporte competição ou de rendimento, só pode fomentar vivências de sucesso para uma minoria e o fracasso ou vivência de insucesso para a grande maioria.

3) Este fomento de vivências de insucesso ou fracasso, para crianças e jovens em um contexto escolar é, no mínimo, uma irresponsabilidade pedagógica por parte de um profissional formado para ser professor.

4) O esporte de rendimento segue os princípios básicos da "sobrepunção" e das "comparações objetivas", os quais permanecem inalterados, mesmo para os esportes praticados na escola onde,

por falta de condições ideais, o rendimento não se constitui no objetivo maior da aula. Este é um dos motivos que contribui para que o ensino dos esportes, também, venha a influenciar a crescente "perda de liberdade" e "perda de sensibilidade" do Ser Humano, pelo "racionalismo" técnico-instrumental das sociedades industriais modernas e seguidoras destas (p. 118-119).

É preciso reinventar o esporte na escola conforme anuncia ASSIS DE OLIVEIRA (1999) em sua dissertação de mestrado agora convertida em livro pela Autores Associados e iniciar outras abordagens do esporte escolar conforme já vi vendaram os professores Marcos Avellar do Nascimento e Victor Andrade de Melo (Repensando as "Olimpíadas Escolar: Uma proposta")¹⁰ e também defende ESCOBAR (1995) em sua tese de doutorado defendida na UNICAMP.

O poder público tem sua responsabilidade na consolidação de tais características do desporto, conforme alerta RABELO (2000), contribuindo na destruição de espaços necessários ao desenvolvimento de práticas esportivas de caráter lúdico. Está sendo conivente, por que lhe é conveniente, com os interesses especulativos do grande capital financeiro, com a poluição de recursos da natureza - rios, lagos, mar -, com a especulação imobiliária que arrasa as precárias áreas verdes trans-

formando-as em paisagens urbanas áridas, destruindo campos e espaços livres. Tanto as escolas públicas quanto os conjuntos habitacionais, construídos com dinheiro público, principalmente os destinados a classe trabalhadora, estão atirados ao descaso ou desaparecendo.

Os espaços para atividades de educação física & esporte inexistem na maioria das escolas e nos bairros populares.

Para acompanharmos os questionamentos e o agravamento do quadro do desporto no Brasil vamos nos valer do Diagnóstico da Educação Física/Desportos realizado em 1969 e confronta-lo com constatações atuais.

Em 1969, quando era presidente do Brasil o General - de - Exército Emílio G. Médici, no auge da ditadura militar, uniram-se o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o Centro Nacional de Recursos Humanos (IPEA), O Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Desportos e Educação Física para realizar o celebre "Diagnóstico de educação física/desportos no Brasil".

O Secretário Executivo do CNRH, Arlindo Lopes Correia, na Apresentação do Diagnóstico (p.7) justifica:

"A decisão de realizar esse estudo foi uma consequência natural das preocupações do Governo Revolucionário(sic) com a política nacional de re-

curso humano, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar a qualidade de vida. As atividades de Educação Física e Desportos estão intimamente ligadas às políticas de saúde e de educação, dado o seu papel condicionador da aptidão física e mental da população; possuem, outrossim, veiculação com a política de bem-estar, em seus aspectos de lazer e recreação. A par destas implicações, que por si só justificariam a execução deste trabalho, já não podem ser ignoradas as manifestações psicossociais ligadas ao setor, que também projeta a sua influência no plano da política internacional."

Este discurso vem sendo retomado por setores da Educação Física Brasileira, desconsiderando os acontecimentos dos últimos 20 anos e a realidade atual. Está sendo proposto o retorno da ação pedagógica da Educação Física «Escolar pautada em um único referencial conceitual, qual seja, o da busca da aptidão física/rendimento físico-esportivo"¹¹.

Tomando os dados do diagnóstico podemos perfeitamente constatar que, contraditoriamente, muitas das variáveis estudadas continuam hoje apresentando, na essência, os resultados trágicos da década de 60.

Senão vejamos:

a) No que diz respeito as

Políticas de Governo, no diagnóstico de 69 diz: - "A participação do Governo Federal, em face da inconsciência de critérios e objetivos, tem sido restritiva e deficiente em normas e na suplementação de recursos, tanto no setor educacional como no desportivo" - Constatações atuais: As Políticas de Governo, de perfil neoliberal, vem paulatina mente se desresponsabilizando com os investimentos no Sistema Educacional, fato visível nos Projetos e Programas em curso, onde, propostas filantropistas, compensatórias, elitistas pretende-se dar respostas ao complexo e difícil quadro da educação nacional, do desporto educacional."

b) Ainda sobre Política Nacional diz o diagnóstico de 69: - "A inexistência de uma política nacional para a Educação Física/Desportos adequadamente subordinada às necessidades educacionais, comunitárias e de desenvolvimento urbano, e a consequente falta de uma legislação com solidade e realista colocam a Divisão de Educação Física e o CND - Órgãos do Ministério da Educação e Cultura - em posição inoperante". Constatações atuais: o esvaziamento paulatino, constante de organismos governamentais que tem se sobressaído pelo alto grau de oportunismo, politicagem e corrupção, por exemplo, o caso do INDESP.

c) No que diz respeito a formação de professores, no Diagnóstico de 69 diz: - "O au-

mento inusitado do número de estabelecimentos de ensino superior de Educação Física/Desportos" (...) localizados principalmente no sul do país, com motivações de "status" e lucro (...). Proliferação de novas Escolas Superiores" (...) nas escolas antigas, por sua vez, a organização interna e a qualidade de ensino são comprovadamente deficientes". Constatações atuais: As escolas de Educação Física proliferam, aproximadamente 240, a maioria particulares com fins lucrativos. As Públicas, principalmente as Federais, estão sendo sucateadas e em vias de privatização. Os professores com os Planos de Cargos e Salários ameaçados por projetos de lei - APL sobre Emprego Público - que desmantelam a categoria e precarizam o trabalho docente. O ensino, tanto nas universidades públicas quanto nas particulares, sendo severamente criticado em sua qualidade.

d) Quanto a inserção da educação física nas escolas, o diagnóstico de 69 diz: - "Embora haja obrigatoriedade legal desde 1851, a educação física/desportos no nível primário de ensino é praticamente inexistente.(...) Algumas iniciativas existem no Sul e Sudeste para implementar a Educação Física no Primário. No ensino médio o número de alunos atendido por cada professor é elevado, assim como as condições funcionais permanecem precárias. Ainda no ensino médio a Educação Física/Desportos e sua supervi-

são é realizada apenas nominalmente e a prática das atividades físicas é predominantemente improvisada quanto a locais, com atenuações na região Sul e no Estado de São Paulo." Constatações atuais. "A Educação Física continua precarizada no atual ensino básico - fundamental e médio. Somente 18% das escolas tem locais apropriados para aulas e, na Educação Infantil, a Educação Física continua fora dos currículos das escolas públicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) prevê autonomia do Projeto Político Pedagógico da escola, mas os professores estão completamente despreparados para lidar com a Cultura Corporal enquanto conteúdo de ensino. Lidam, sim, com alguns elementos enquanto procedimentos metodológicos.

e) A Educação Física no Ensino Superior no diagnóstico de 69 é assim descrita: - "é assistemática, improvisada, com a participação avaliada em apenas 8% dos alunos matriculados." (...) as principais iniciativas das atividades desportivas são dos alunos, que, inclusive cobrem parte dos custos. Constatações atuais: A Educação Física & Esporte, ou melhor, a Cultura Corporal, não está incluída nos Projetos Políticos Pedagógicos das Universidades, não consta nos currículos, das Universidades Brasileiras, com raras exceções, enquanto disciplina de conteúdo, mas sim, como mera

atividade física. Isto é totalmente negado aos jovens brasileiros enquanto bem cultural imprescindível para entender e interferir criticamente na cultura de nosso tempo histórico.

f) Quanto aos espaços urbanos no diagnóstico de 69 diz: - "O crescimento desordenado das cidades brasileiras, assim como a falta de critérios quanto ao uso do espaço urbano, estão limitando as possibilidades atuais de expansão equilibrada e comprometendo o desenvolvimento futuro da Educação Física/Desportos/Recreação". Constatações atuais: Total irresponsabilidade com a preservação dos espaços e tempos urbanos e rurais por parte do Governo. A Sociedade civil, organizada em MOVIMENTOS SOCIAIS de caráter reivindicatórios são constantemente criminalizados quando exigem o cumprimento de políticas sociais. Três são as estratégias do Governo para inverter prioridades, manipular o imaginário popular e controlar ideologicamente a população, desresponsabilizando-se pela situação gravíssima que vivemos: a) submissão total aos ajustes estruturais e as exigências dos agentes financeiros internacionais, pagando a dívida externa e ampliando drástica e dramaticamente a dívida social; b) não aplicação dos orçamentos previstos na área social e, constantes cortes em investimentos com concomitante retenção e retirada de direitos entre os quais o de

reajustes salariais ferindo o Inciso X, Artigo 37 da Constituição Federal e; c) criminalização dos Movimentos Sociais organizados de caráter reivindicatório. Os investimentos no Brasil são prioritários para pagamento da dívida externa, os orçamentos previstos não são aplicados e a sociedade organizada, que reivindica, é criminalizada.

g) Quanto a organização desportiva, diz o Diagnóstico de 69: - "Sendo as Associações Desportivas a célula básica da organização desportiva comunitária, a autenticidade da representação mostra-se deteriorada" (...) está presentemente orientada no sentido da propriedade na representação e na seleção, em detrimento da prática de massa". Constatações atuais: Associações esportivas (Clubes) estão sendo alvo de CPIs pelo elevadíssimo nível de corrupção. As características degenerativas do esporte continuam acentuadas nas Associações. Bracht (1997b, p. 10) resume as características básicas do esporte em: competição, rendimento físico-técnico, record, racionalização e cientificização do treinamento. Características estas em questão na atualidade. Tais características forjam contradições no que diz respeito a uma perspectiva associativista e comunitarista de vida em sociedade.

h) Quanto a participação feminina no desporto, o diagnóstico de 69 aponta: —"é ainda inexpressiva". Consta-

tações atuais: a participação da mulher em praticas esportivas continua sendo dificultada pelas relações de gênero e classes sociais, predominante na sociedade machista capitalista.

i) Quanto as escolas de preparação de professores (denominadas de Escolas Normais) diz o diagnóstico de 69: - "as escolas normais não preparam as professoras primárias para os objetivos da Educação Física/desporto/recreação, no nível correspondente de ensino (...) os cursos oferecidos pelas escolas superiores de educação física não são eficazes. Constatações atuais: Os processos de formação continuada de professores são precários, não respondem aos desafios da complexidade e diversidade do currículo escolar e vem sendo privatizados. As Políticas do Governo - combatidas por fóruns como ANPEd, ANFOPE, Fórum em Defesa da Escola Pública, ANDES, entre outros -, demonstram desmontar e pauperizar ainda mais o processo de formação acadêmica dos professores e professoras, retirando tais prerrogativas inclusive das Universidade.

j) Quanto as questões jurídicas diz o Diagnóstico de 69: - "A Educação Física e os desportos foram dicotomizados juridicamente pela Administração Pública brasileira, principalmente para solucionar problemas políticos (...)". Constatações atuais: Dicotomias e divisões, deste a formação acadêmica até a

intervenção profissional, passando pela organização institucional, estão cada vez mais evidentes. Por exemplo, a proposta dos cursos de bacharelado e licenciatura, o corporativo Conselho de Regulamentação da Profissão, a Educação Física e Esporte na escola. (O CONFEF - Conselho Nacional de Educação Física - defende posições corporativas e vem interferindo na autonomia da universidade e da escola pública. Intenta articular os Cursos de Educação Física, via diretores de escolas, ingerindo agora na reestruturação curricular. Os professores sofrem com tais dicotomias e já não se reconhecem trabalhando educação física na escola quando precisam tratar do conteúdo esporte. Aula de Educação Física é uma coisa, treinar esporte na escola é outra.

A questão das fragmentações, divisões e eliminações da Educação Física/desporto incide e gera problemas gravíssimos, tanto para o campo de formação; para o campo da produção do conhecimento; para o campo de práticas sociais lúdicas e prazerosas, práticas corporais conscientizadoras do ser e estar no mundo e; nos demais campos de intervenção profissional.

Para explicitar dados sobre a questão da fragmentação/divisão entre Educação Física e Desporto e seus nefastos prejuízos, em detrimento do caráter educativo da cultura corporal, em prol do caráter

da lógica do mercado, destacamos o seguinte:

A afirmação da supremacia e predominância do Desporto sobre a Educação Física, visível nas opções em tratar o desporto como conteúdo de ensino nas escolas, sem dados e argumentações científicas, pedagógicas e éticas sobre esta supremacia, causam sérios problemas na formação das crianças e jovens. As escolas Superiores de Educação Física tem responsabilidade com tais problemas. Dividiram e fragmentaram a formação sem perguntar pelas conseqüências sociais. Não existem quaisquer argumentos críticos a respeito, tanto no campo epistemológico, quanto pedagógico, ou profissional, a não ser afirmações e argumentos de "autoridades", próprios do senso comum social, sustentando a tese acritica dos benefícios incontestes do esporte como se o mesmo decorresse de um desenvolvimento linear ao longo da história e não apresentasse contradições.

As tentativa de separação da Educação Física & Desporto, elementos constitutivos da CULTURA CORPORAL, são evidentes nas declarações dos dirigentes de Confederações a exemplo de Coaracy Nunes Filho presidente da Confederação Brasileira de Natação para quem, "Educação não tem nada a ver com o Esporte", conforme declarações prestadas em entrevista a Revista VEJA, 29/11/95, p/ 07-10, intitulada "O cartola de mil coelhos" e ainda, na de-

claração de C. A. Nuzman, em entrevista a Revista VEJA, 24/07/96, p.07-09, intitulada "Acabou o pique-nique" que diz "Quero uma Universidade do esporte para formar técnicos, em vez das atuais Faculdades de Educação Física (...)"

A força destes interesses podem ser detectados ainda, nos esforços Ex-Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, que reivindicava uma linha de financiamento de pesquisas específicas para as Ciências do Esporte no CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.¹²

Estas divisões contribuem para a desqualificação do trabalho e do trabalhador da área de Educação Física & Esporte, reafirmando uma tendência universal do capitalismo - dividir para enfraquecer, dominar, explorar.¹³

A prevalecer tais concepções separatistas, provavelmente amplos setores de excluídos, continuarão sem acesso as práticas corporais diversificadas e sistematicamente orientadas. Prevalecerá a máxima "MAIS ALTO, MAIS FORTE, MAIS VELOZ" e para isto o conteúdo esporte, na sua caracterização hegemônica na sociedade atual, é uma peça chave.

Quanto ao Diagnóstico de 1969 e a situação atual, confirmam-se tendências à destruição, à degeneração, à de-

sagração, à precarização e, só aparentemente, podem ser visualizadas superações nos indicadores estudados. Este é o paradoxo. Em meio a avanços tecnológicos e científicos, em meio a um maior exercício da "democracia representativa", a situação é calamitosa. As Políticas Públicas implementadas neste Ínterim fracassaram.

Sem dúvida, o esporte é um fenômeno com uma força extraordinária. Alguns autores o localizam, ao lado da ciência, como único idioma universal¹⁴. Outros atribuem a ele um significado religioso ou quase religioso. No entanto o que se exige neste momento são sérios, profundos e radicais questionamentos.

Quais as possibilidades do esporte ser diferente do que vem sendo? Quais seriam os caminhos ou as alternativas para reforçar ou viabilizar as possibilidades de resistências e mudanças?

E, por fim **por onde começar e o que fazer** para dar formatação conseqüente, consistente, responsável as políticas públicas e a reinvenção do esporte a partir da escola - O que fazer a curto médio e longo prazo?

Um dos marcos de referência para abstrair elementos e responder tais questões é a luta histórica dos trabalhadores. Qualquer programa de governo deverá contemplar as reivindicações das massas¹⁵. Sabemos quais são. Espaços,

tempos, situações, conhecimentos/saberes/conteúdos, aprendizagens significativas para a classe, sujeitos aparelhos/implementos que contribuam para HUMANIZAR.

Setores organizados da sociedade civil como o CBCE, a ANPED, a ANFOPE, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, entre outros, vem estabelecendo indicadores de tais reivindicações. Cinco são as dimensões básicas a serem atingidas sem as quais compromete-se qualquer intenção política no âmbito educacional, são elas:

1. Sólida formação inicial e continuada dos profissionais propiciada por uma consistente base teórica;

2. As condições objetivas de trabalho;

3. Alterações na organização do processo de trabalho;

4. Salários dignos e plano de cargos e salários para os trabalhadores da educação;

5. Consistente base organizativa, reivindicatória e confrontacional dos setores envolvidos e interessados pela qualidade na Educação e na Educação Física.

A consistente base teórica para ser garantida deve contemplar a formação teórica de qualidade socialmente referenciada, pilar da base comum nacional de formação, constituída ainda, por formas de gestão democráticas, pelo tra-

balho coletivo, pela pesquisa como princípio educativo, pela prática enquanto eixo articulador do conhecimento crítico a ser produzido, avaliação permanente, conceito de formação continuada, compromisso social, unidade teoria-prática, desenvolvimento da teoria como/com categorias da prática.¹⁶

Portanto, o desporto educacional não pode ser visto fora desta articulação no âmbito das políticas públicas da Educação e de bem estar geral da população. Não pode ser visto fora do Projeto de escolarização e do projeto político pedagógico da escola. Não pode ser admitido fora do grande esforço de reinvenção da própria sociedade.

Chamando a nossa responsabilidade enquanto educadores nos cabe reivindicar do governo que cumpra a sua parte, lembrando claramente que sob os auspícios do Estado Brasileiro, dirigido pelas elites intelectuais, empresariais, religiosas, profissionais, militares que formam o bloco de sustentação dos interesses do capital em torno de sua recomposição internacional e da manutenção de suas taxas de lucro, implementam-se políticas educacionais nem sempre favoráveis aos interesses das amplas massas. Privilegiaram-se interesses da lógica do mercado em detrimento de necessidades humanas.

A chave mestre da política do Governo tem sido construir a unidade nacional em

torno da coesão forjada, também, pela via educacional. Daí o papel estratégico de controle e centralismo ideológico que também está sendo construído via política para o Desporto Educacional.

Pelo tratamento e compreensão atribuída a AUTONOMIA, proposta pelas políticas do MEC para a Educação desvelam-se as farsas. O que se explicita é o centralismo e a expansão sob controle ideológico por várias vias, por exemplo os PCNs, os Centros de Excelência e, agora, em construção, a via do Desporto Educacional. Quanto a investimentos por parte do governo, observamos cortes, diminuições de orçamentos.

Para desvelar o controle ideológico das políticas do governo basta perguntar pelo financiamento¹⁷. A Constituição Brasileira em seu Artigo 217 Item II deixa isto claro (...) "a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional". A política do governo, no entanto, não é esta.

A idéia da "autonomia" financeira, coloca o sistema educacional na "lógica do mercado, dos parceiros, dos patrocinadores, dos financiamentos externos, da privatização, do filantropismo, dos 'amigos da escola'."

As agências financiadoras internacionais tem interesses em tais mecanismos, os mecanismos dos PATROCINA-

DORES que degeneraram, depois de muito sugar. O exemplo claro disto são, o Futebol Brasileiro e seus atletas, a maioria "bóias frias do sistema desportivo nacional", com direitos negados e, a minoria considerada mercadoria altamente lucrativa.

Precisamos reafirmar a tese histórica sobre a ingerência na educação do povo a cargo do Estado o que é absolutamente inaceitável, assim como é inaceitável a ingerência absoluta de instituições como o desporto competitivo em sua forma e caracterização perversa e hegemônica atual, dar o sulamento do desporto educacional.

O que cabe ao Estado é garantir uma justa distribuição de renda¹⁸, uma justa distribuição dos bens materiais, espirituais, culturais socialmente construídos e historicamente acumulados. Garantir, portanto, recursos públicos suficientes, para que sejam implementados projetos de escolarização construídos a partir das bases - da prática pedagógica no cotidiano escolar, na construção do projeto político pedagógico da escola elaborados participativa, cooperativa, comunitária, associativa e solidariamente, com bases nas aspirações históricas das amplas massas, levando em consideração as dimensões ontológicas (Projeto de ser Humano) e teleológicas (Projeto de Educação do Ser Humano), articulado com o projeto histórico superador do capitalismo¹⁹.

À Escola e aos professores, alunos e comunidade cabe reinventar o esporte. Já podemos contar com muitas contribuições para reinventar o esporte na escola. Por questão de tempo e espaço citaremos algumas.

O caminho a seguir, que se fará ao andar, é o de uma reinvenção do esporte, uma reorientação no seu sentido (pessoal) e significado (social), uma alteração no seu papel social sem dissociar está reinvenção da própria alteração da CULTURA PEDAGÓGICA DA ESCOLA -que é capitalista e, portanto, reprodutora, situando-nos na perspectiva da crítica e transformação, em última instância, das relações sociais de produção da vida.

O ponto crucial é portanto o acesso real à cultura corporal, a Educação Física, ao Esporte Educacional, que não se dá fora da luta política e da reflexão através da prática efetiva das atividades, mas de uma prática capaz de aquisição e compreensão da expressividade da linguagem corporal, refletindo sobre o significado e os valores do mundo por ela representados e, também, construídos.

O primeiro passo é resgatar uma compreensão de que o esporte é produto de homens e mulheres, ou seja, sua realidade e suas possibilidades estão inseridas na aventura humana, diferentemente de um entendimento que o coloca como algo natural e, contra-

ditoriamente, estranho ao homem.

É preciso, pois, superar a reificação que é segundo Berger e Luckmann (1985) "...a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos". Ainda segundo os autores:

"...a questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens, e portanto, pode ser refeito por eles. Em outras palavras, é possível dizer que a reificação constitui o grau extremo do processo de objetivação, pelo qual o mundo objetivado perde a inteligibilidade que possui como empreendimento humano e fixa-se como uma facticidade não humana, não humanizável. inerte." (Berger e Luckmann. 1985, p. 100).

Para Cheptulin (1982). é conhecer a realidade e reconhecer as possibilidades. A questão a saber é o tipo e o conteúdo da ação necessária para reforçar a perspectiva da resistência e, mais ainda, da ação capaz de inverter o longo "jogo histórico" em favor dos que hoje são dominados.

Neste sentido as indicações de Bracht (1997b) são, no plano das políticas públicas, como ação de governos populares, deve-se inicialmente superar a idéia da pirâmide esportiva e a perspectiva de que a finalidade do sistema esportivo é produzir os atletas campeões e os consumidores de produtos (p. 82-83). Nesse

aspecto, é fundamental que uma administração que se considera popular rompa com a participação no aparato construído para a procura de atletas e formação de espectadores, redirecionando suas atividades a partir de uma postura que, conforme descreve Bracht, "...reivindica a possibilidade de julgar sobre a relevância humana de determinadas práticas culturais e buscar fomentar e agir pedagogicamente de acordo com tal avaliação" (1997b, p. 89)²⁰. Enfim, trata-se de levar em conta as experiências da classe trabalhadora e as reivindicações das amplas massas - indicador primeiro de qualquer programa de transição.

Segundo Assis de Oliveira (1999) do ponto de vista do poder público, é fundamental, para além das trocas de experiências significativas e de sucesso, constituir, a partir dos governos democrático-populares municipais e/ou estaduais, um movimento que ganhe dimensão nacional, buscando inclusive superar o inevitável boicote dos meios de comunicação. Essas ações devem ter como parceiros os diversos segmentos organizados da sociedade, inclusive os sindicatos de trabalhadores e entidades estudantis e de jovens.

Essas organizações, no entanto, precisam reorientar suas relações com a cultura, incluindo o lazer e o esporte, para uma perspectiva de formação cultural crítica e divertida, e não do divertimento que em

nada se diferencia da indústria cultural. O mais comum, no entanto, tem sido tratar as atividades culturais apenas como atrativo para a conquista de sócios, tais como as atividades relacionadas à saúde e às disputas judiciais. Num quadro ainda pior, as atividades culturais são usadas como chamariz para a participação em atividades de outra natureza, sobretudo quando há exigência de quorum, etc.

A ação cultural deve desenvolver-se na perspectiva da participação e da auto-organização que são pontos reivindicados em relação à política e ao trabalho, mas completamente esquecidos quando se trata de esporte ou outras formas de cultura corporal. Abdicar-se da organização e da definição do conteúdo dessas práticas, dificultando a possibilidade de identificação de classe com uma cultura corporal específica.

A mudança de postura quanto à ação cultural está portanto, intimamente relacionada com a perspectiva global de luta das organizações, de cada uma individualmente e dos seus diferentes conjuntos.

Quanto a compreensão do esporte e sua tematização na escola, Parlebas, citado por Belbenoit, chama atenção sobre o caráter dialético do esporte: "O desporto não possui nenhuma virtude mágica. Ele não é em si mesmo nem socializante nem anti-socializante".

lizante. É aquilo que se fizer dele".

Para Kunz, o esporte só atende ao compromisso de uma concepção crítico-emancipatória, se passar por um processo de transformação didático-pedagógica e ser desenvolvido a partir de uma didática comunicativa. Kunz chama a atenção, no entanto, que a transformação não pode se resumir a esses pontos que ele chama de transformação prática. Esse tipo de transformação, de uma prática exigente para uma menos exigente, segundo o autor, não garante a condição crítico-emancipatória do ensino, sendo utilizada, por exemplo, como alternativa de iniciação esportiva. O que vai garantir a condição crítico-emancipatória, aliada à transformação prática, é a transformação do sentido individual e coletivo das atividades do esporte, reque-rendo, para isso, o elemento reflexivo. É a reflexão que permite a compreensão das possibilidades de alteração do sentido do esporte. E mais, o autor propõe que a disciplina Educação Física, bem como todas da escola, torne-se um campo de estudos e pesquisas.

Para Escobar (1997) um tra- to diferenciado e crítico do esporte não deve afastar os alunos do esporte criticado, mas dirigir esse contato através de uma "transformação" que garanta a preservação do significado, a vivência de sucesso nas atividades e a alteração de sentidos através da reflexão pedagógica. Tudo

isso dentro de um programa que dê conta do percurso do aluno no processo de apreensão do conhecimento, ou seja, de um currículo para a Educação Física.

Um bom começo de uma metodologia da Educação Física crítico superadora seriam:

? Afirmar o esporte e outras formas da cultura corporal, no currículo escolar, como conhecimento inalienável de todo cidadão, independentemente de condições físicas, raça, cor, sexo, idade ou condição social.

? Selecionar o conhecimento considerando as modalidades que encerrem um maior potencial de universalidade e compreensão dos elementos gerais da realidade atual, empregando os critérios de atual e de útil na perspectiva das classes sociais.

? Resgatar práticas que possam, de um lado, contribuir efetivamente para o desenvolvimento da consciência crítica e, de outro, constituir formas efetivas de resistência.

? Privilegiar a unidade metodológica como possibilidade de compreensão da cultura corporal numa perspectiva interdisciplinar.

? Buscar os instrumentos de avaliação no próprio objetivo de construção das práticas corporais.

? Compreender o professor como um trabalhador or-

gânico da educação e do ensino: organizador, divulgador, incentivador, pesquisador - engajado na dinâmica socio-cultural da comunidade escolar -, que se utiliza, como mais experiente, da atividade prática, "o trabalho social", como única mediação entre o homem e o conhecimento, para promover a autoconsciência dos seus alunos.

? Relacionar as possibilidades da prática esportiva às possibilidades reais dadas pelas ações nas áreas da saúde, cultura, bem-estar social, habitação e planejamento urbano, entre outras.

Castellani Filho adverte que a "desesportivização" da Educação Física não deve conduzir à desconsideração e abandono do esporte enquanto conteúdo dela. Deve, sim, levar a uma crítica à mentalidade esportiva prevalecente na escola que a coloca a serviço da Instituição Esportiva. O autor justifica a opção pelo futebol como exemplo condutor de sua discussão, também por conta do seu abandono pela escola, movido pelo combate à pseudo monocultura esportiva do brasileiro. É interessante esse registro, ou seja, de um dos principais elementos da identidade cultural esportiva do brasileiro, o futebol, não ser devidamente tratado na escola.

O resgate da ludicidade é um dos elementos que se destacam como possibilidade de trabalho numa proposição de "reinvenção" do esporte. Mas

como operar esse resgate? Como alterar a dinâmica do esporte, tornando-o essencialmente lúdico? Estas questões têm motivado diversos debates e estudos, mas ainda são tabus na prática pedagógica.

Assis de Oliveira (1999) afirma na conclusão do seu estudo que

"um passo importante para o avanço do resgate do lúdico é romper, na escola, com a tentativa de separação absoluta entre jogo e esporte. Não no sentido de esportivizar os jogos populares e as brincadeiras, mas no caminho inverso, ou seja, para brincar de esportes, para tornar lúdica a tensão do esporte, para transformar o compromisso com a vitória em compromisso com a alegria e o prazer para todos."

Gariglio (1995), acredita que, apesar da escola cumprir uma função de reprodução de práticas sociais do mundo capitalista, existem movimentos antagônicos e de resistência em seu interior. A possibilidade de vivência lúdica é um desses movimentos.

Para ele,

"... o lúdico na escola poderia tornar real a construção de um projeto revolucionário, pois daria aos sujeitos envolvidos neste contexto..., mesmo que esporádica e momentaneamente, oportunidade de reapropriação e posse de suas vidas, da sua história e de sua cultura. A partir disso, surgiria a possibilidade de crítica e recriação não só da lógica da escola, mas também da lógica imposta à sociedade como um todo..." (p. 30).

Gariglio (1995, p. 32) acredita que a escola tem um im-

portante papel na construção do novo: uma nova lógica social, uma nova lógica de trabalho e uma nova lógica de relação humana. Quanto à Educação Física, esta deve propiciar a "...vivência lúdica como expressão real de um projeto utópico comprometido com a construção de uma nova escola, de uma nova referência nas relações humanas e enfim, de um ser humano recriador de mundos".

Para alteramos as relações com o desporto, principalmente na perspectiva da superação da condição de sermos meros consumidores da indústria cultural esportiva de massa precisamos insistir conscientemente na criação de espaços livres, cada vez mais amplos, para a prática criativa do esporte, para que surja uma cultura cotidiana multifacetada e comunicativa e uma solidariedade cotidiana libertada das relações acomodadas de compra e venda. Para que seja forjada uma nova mentalidade em que a positividade do lúdico solidário prevaleça sobre o agonístico exacerbado.

O que se busca é um esporte que sai da condição de conteúdo prioritário ou exclusivo da organização das aulas, para ser tratado no âmbito de um programa que contempla o amplo acervo de conteúdos ou temas da cultura corporal, sem hierarquia. Um esporte que foge da ditadura dos gestos, modelos e regras, que tem suas normas questionadas e é adaptado à realidade social e

cultural dos alunos. Um esporte desmistificado porque conhecido, praticado de forma prazerosa, com vivências de sucesso para todos. Um esporte adquirido como bem cultural, cuja prática passa a ser compreendida como direito.

Para que essas possibilidades se efetivem, é preciso que o professor de Educação Física empreenda ações conscientes, orientadas por um projeto político-pedagógico articulador do conjunto dos saberes no interior da escola, que tem a atividade humana como mediadora na relação de apropriação do conhecimento e que atua desta forma, movido pela perspectiva de um projeto histórico que propõe a superação da sociedade capitalista.

CONCLUSÕES

Considerando, portanto, que a ciência, a educação e o desporto não são apenas um produto da razão mas um produto da sociedade, que nasce das necessidades da produção material²¹ nos cabe agora resistir, com posição ideológica clara, o que se expressa em uma vontade coletiva, por uma orientação histórica presente na classe trabalhadora. Lembrando que quanto menos resistência mais avançam as políticas neoliberais.

Para os que lutam ao lado das classes populares e que não estão em retirada, mas sim, dispostos a luta para ven-

cer, a grande referência histórica para orientar a prática pedagógica e o desporto escolar, a produção do conhecimento, a formação humana e a intervenção em políticas públicas é o programa de transição, onde encontramos as "premissas objetivas da revolução socialista"²².

Os dados da realidade atualizam os conteúdos sobre a luta de classes. A tarefa estratégica é entrar nas lutas cotidianas, para encontrar pontos de apoio entre um sistema de reivindicações que parta das atuais condições objetivas e conduza a conquista do poder. Poder de definir a direção das políticas públicas, do projeto de escolarização, do projeto político pedagógico da escola e da orientação clara e precisa da prática pedagógica da educação física e dentro dela os rumos do desporto.

Uma coisa é submeter as aulas de educação física e a escola aos interesses da instituição desporto e, outra, é tratar pedagógica, crítica, reflexiva e criativamente o desporto, enquanto conteúdo de ensino e campo de vivência social, nas aulas de educação física, no projeto político pedagógico da escola.

Uma coisa é o Governo cumprir o determinado na constituição nacional Título VIII Capítulo III, Seção III Artigo 217 Item II - "É dever do Estado fomentar (...) observando (...) a destinação de recursos públicos para a promo-

ção prioritária do desporto educacional, e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento".

Outra é, a ingerência ideológica das políticas de um governo que vem demonstrando ao longo de sua gestão o descompromisso com o social, especificamente com a educação.

Para concluir cabe lembrar que fora do marco político, ideológico, da luta de classes reduz-se a possibilidade de compreensão das problemáticas significativas relacionadas ao Desporto Educacional.

Não podemos estar indiferentes e desorganizados frente às discussões e decisões acerca do Desporto Educacional:

"A Indiferença opera poderosamente na história...O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa agrupar nós que depois só a espada poderá cortar, deixa promulgar as leis que depois só a revolta fará anular, deixa exercer o poder a homens que depois só um motim poderá derrubar" (GRAMSCI, 1976, p. 121).²³

Construir com responsabilidade social as propostas para o Desporto Educacional é nossa tarefa educativa. Intervir com consistente base teórica junto a crianças e jovens é nossa responsabilidade. O Desporto Educacional não pode ser discutido, pesquisado, vivenciado fora da Teoria Pedagógica.

A Teoria Pedagógica²⁴ é o local do ponto de encontro entre a Educação Física & Esporte e as demais áreas do conhecimento e campos de saberes que são referências para as disciplinas escolares. É aqui que se estabelece a base para um possível diálogo entre teorias.

É aqui que faz sentido dialogarmos sobre as questões gerais colocadas a educação, considerando agora a especificidade em termos epistemológicos, deste campo de saberes, desta área de conhecimento, ou desta disciplina científica. Aqui faz sentido dialogarmos sobre as respostas de outras teorias e de outras áreas de conhecimento. Discutir o desporto fora deste contexto é comprometer as possibilidades educativas deste relevante fenômeno social.

É aqui que a matriz teórica e o projeto Histórico possibilitarão reconhecermos problemáticas significativas que somente poderão ser tratadas em um esforço conjunto integrado, dentro de uma dada unidade teórico-metodológica estabelecida pelos pontos de referência básicos para o diálogo, ou melhor o plano de entendimento. Este plano de entendimento tem como fundamento a prática concreta para transformar a realidade social.

Nenhum dos problemas que hoje reconhecemos como específicos ao Desporto Educacional poderá ser tratado adequadamente fora desta referência - a teoria pedagógica

que se desenvolve como categorias da prática. Por outro lado, o esforço de responder as problemáticas significativas da Educação Física trará contribuições para o desenvolvimento da Teoria Pedagógica.²⁵

Vamos portanto, recolocar questões históricas e perguntar: que contribuição a Educação Física & Esporte e, especificamente o Desporto Educacional, enquanto área de referência científica, enquanto prática educativa cultural, enquanto disciplina curricular, poderá trazer para repensar a teoria pedagógica e seu objeto: os processos de formação humana? Para repensar o seu locus privilegiado, a escola?

Que conhecimentos, que conteúdos, valores, atitudes, processos, em que tempos, situações e que aprendizagens temos condições de propor para a organização do currículo escolar, na perspectiva de superar a concepção hegemônica de educação que não tem mais legitimidade social e científica? Como podemos contribuir para uma visão articulada e densa da teoria educativa, superando o ativismo desvairado de práticas corporais aleatórias, altamente competitivas, isoladas, desconexas, que são verdadeiros engodos do tempo pedagógico de crianças e jovens²⁶? Como contribuir para materializar o eixo fundamental da escola a saber: ampliar a capacidade reflexiva crítica das crianças e jovens acerca da

realidade em movimento, contraditória e complexa, acerca da especificidade histórica da cultura corporal, das práticas corporais²⁷?

Valendo-nos do saber historicamente acumulado no âmbito da cultura corporal & esportiva, produzido socialmente para além da escola, como podemos educar na perspectiva da humanização, da emancipação social, econômica, cultural, da autonomia responsável, da subjetividade moral, ética referenciada na luta histórica de superação do capitalismo?

Compreender a dinâmica da formação humana no processo civilizatório, na cultura é objeto central da teoria pedagógica. A pedagogia moderna se configura como ciência que se propõe a entender e ajudar na maturação para o desenvolvimento omnidimensional ou politécnico²⁸, para a autonomia racional, ética, política, prática, para a liberdade, a emancipação, a igualdade, a criatividade, a inclusão, enfim o direito de sermos humanos.

O COLETIVO DE AUTORES (1992) no livro Metodologia do Ensino da Educação Física (São Paulo: Cortez, 1992) nos indica subsídios para uma nova abordagem da Prática do Ensino da Educação Física. A questão é distanciar-se de teorizações abstratas, inócuas e de um praticismo que se baseia em velhas e conhecidas receitas e se caracteriza como ativismo desvairado - "a prática pela

prática". O desafio é reconhecer os núcleos centrais de conhecimentos socialmente relevantes relacionados a especificidade das práticas corporais, geradores de conhecimentos específicos articulados com conhecimentos gerais reflexivos críticos.

Frente a tais estudos nos cabe perguntar:

Por que insistimos no Brasil em transplantar idéias e concepções hegemônicas, ainda relacionadas as sistematizações elaboradas nos séculos passados na Europa e nos Estados Unidos nos institutos de pesquisa aeróbicas, influenciadas e de interesse expresso da burguesia, da elite (econômica, esportiva, científica, militar, religiosa) privilegiando e desenvolvendo proposições pedagógicas que tem no centro o paradigma da Aptidão Física relacionada a saúde física como um objetivo da Educação Física em detrimento de outras manifestações culturais?

Por que continuamos a desprezar, na produção do conhecimento, o ponto de partida para qualquer ação de intervenção pedagógica que são as relações de produção da vida, a realidade socialmente construída, decretando o fim da história, fechando os olhos a crise do capitalismo, simplesmente nos descompromissando com um projeto histórico superador?

Por que continuamos a menosprezar e a decretar o fim

de paradigmas científicos que permitem ampliar o entendimento, a compreensão e a perspectiva histórica das práticas corporais sem sequer tê-los estudado ou utilizado como possibilidade, ou hipótese para o desenvolvimento do conhecimento na área de Educação Física & Esporte? Por que insistimos em privilegiar o positivismo e tomamos tais conhecimentos como referência para a disciplina Educação Física Escolar?²⁹

Por que insistimos em aplicar em nossas crianças e jovens testes físicos, hoje sofisticados, tipo EUROFIT, originado na Europa que verifica a resistência cardiorrespiratória, força, resistência muscular, velocidade, flexibilidade, equilíbrio, medidas antropométricas e, o AAHPERD - Physical Best, originado nos Estados Unidos, e que verifica Endurance cardiorrespiratória, composição corporal, flexibilidade, força muscular abdominal e corporal superior, para concluir que "os meninos são mais velozes que as meninas", ou que temos níveis mínimos de aptidão física para uma boa saúde³⁰, isto em um país onde, segundo dados do IBGE, 70% da população não se alimenta suficientemente ou passa fome, uma população que vem se constituindo cada vez mais dos SEM - terra, teto, trabalho, cidadania? Por que insistimos em transpor uma sistematização cultural e pedagógica aos pedaços? Por que insistimos em ensinar o salto, o arremesso, enfim, os estilos,

ao invés das relações do homem com o meio ambiente, a natureza, a água, os obstáculos, os espaços, os implementos, as situações que exigem a ação humana de saltar, arremessar, nadar e outras em um diálogo para apreender o mundo?

Por que continuamos a não valorizar âmbitos da cultura onde sedimentam-se valores humanizantes e que ampliam as possibilidades de compreensão e intervenção crítica nos espaços e tempos de construção da cultura corporal e privilegiamos as práticas competitivas, instrumentalizadoras, de rendimento máximo, próprias a instituição esportiva? Por que insistimos em constatações, transmissões e relegamos a criação, a autonomia, a transformação nas práticas pedagógicas?

Por que insistimos em sustentar Diretrizes Curriculares para a Educação no Brasil, fundamentados em paradigmas relacionados com a ideologia neoliberal, presente no entendimento sobre Educação e Educação Física³¹, a sustentar as demais medidas no âmbito da política pública educacional - cuja função deveria ser a de garantir o direito à educação, ao conhecimento, ao pleno desenvolvimento?

A construção, por consensos e por coerção, da hegemonia alienante e dominadora deve ser rompida. Devemos nos perguntar: Quais as vivências e experiências estratégicas como tempo e espaço de

humanização plena que devem ser, prioritariamente, incentivadas a partir da escola no âmbito da Educação Física que permitam a construção de um sistema de valores onde a relação com o meio, com os semelhantes e consigo, se de na base da humanização e não da barbárie³²?

Que valores, que conhecimentos, que práticas sociais são incentivadas, consolidadas em espaços culturais onde se cultiva, para as crianças e jovens, a pornografia caricatural, a pornografia sadomasoquista ou o exacerbado e ilimitado processo de rendimento máximo, de consumo, de records, de competitividade, onde o corpo é instrumentalizado como se fosse uma máquina e a natureza é destruída como se não constituísse o ser humano?

Que processo civilizatório estamos construindo ou contribuindo para manter? Que vivências da infância e da juventude, como tempo de humanização plena, são necessárias e estrategicamente possíveis para as crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, tanto a partir da escola, como para além dela, na perspectiva da emancipação humana³³, social, cultural, econômica, na relação com as atividades corporais, com o movimentar-se na natureza, com seus semelhantes e consigo mesmo?

Nosso diálogo com os profissionais que pesquisam o campo da formação humana

e que estudam, criam e reinventam a Educação Física & Esporte a partir do cotidiano das escolas nos permite depositar confiança e esperança na resistência à destruição e degeneração, resistência esta que vem paulatinamente sendo construída na base social do povo brasileiro que se quer digno, desalienado, autônomo, justo, não por concessões, mas, por conquistas ao que garante tudo isto - Trabalho. Terra, Educação.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Roseane Soares. *A prática pedagógica da educação física na construção do projeto político-pedagógico da escola: a polêmica do discurso superador*. Recife, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação - UFPE.
- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. *A Reivenção do esporte: Possibilidades da Prática pedagógica*. Recife/PE: UFPE: Dissertação de Mestrado, 1999.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.
- BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 207-220.
- BOURG, Jean-François. *Recordes a qualquer preço*. Atenção, São Paulo, v. 1, p. 60-64, nov. 1995.
- BRACHT, Valter. *Jogos escolares: reflexões críticas e perspectivas*. [S.l.]: 1991. (Mimeografado).
- BRACHT, Valter. *Educação física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES/CEFED, 1997b.
- BRASIL. Ministério Extraordinário dos Esportes. Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. *Programa esporte educacional: princípios e objetivos*. Brasília, 1995.
- BROTTO, Fábio Otuzi. *Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar*. São Paulo: CEPEUSP, 1995.
- BRUHNS, Heloisa Turini. O jogo e o esporte. *Revista da Fundação de Esporte e Turismo*, v. 3, n. 1, p. 9-11, 1991.
- CAPARROZ, Francisco Eduardo. *Entre a educação física na escola e a educação física da escola*. Vitória: UFES/CEFD, 1997.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- CASTELLANI FILHO, Lino. Pelos meandros da educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Maringá, v. 14, n. 3, p. 119-125, maio, 1993.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Política educacional e educação física*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *A educação física no sistema educacional brasileiro: percurso, paradoxos e perspectivas*. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação - UNICAMP.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- CORTELLA, Mario Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 1998.
- DUNNING, Eric. Prefácio. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992a. p. 11-37.
- DUNNING, Eric. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992b. p. 299-325.
- ELIAS, Norbert. Introdução. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992a. p. 39-99.
- ELIAS, Norbert. A gênese do desporto: um problema sociológico In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992b. p. 187-221.
- ESCOBAR, Micheli Ortega. (Coord.) *Contribuição ao debate do currículo em educação física: uma proposta para a escola pública*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1989.
- ESCOBAR, M. O. e TAFFAREL, C. Z. O trato com o

- conhecimento científico e a organização do processo de trabalho pedagógico no ensino de Educação Física. In: CONGRESSO SOBRE A UFPE, 1, *Anais*. V. Recife: Reproart, 1992.
- _____. Metodologia do Ensino da Educação Física. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 15. *Resumos Boletim ANPed*, Nº 1, Set/92.
- ESCOBAR, Micheli Ortega. *Crítica a organização do processo de trabalho pedagógico e à didática*. Campinas: SP UNICAMP, Faculdade de Educação, lese de Doutorado, 1997.
- ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA PÚBLICA, 1., 1995, Recife. *Anais*. Recife, DES-SEE/PE, [1996].
- ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA PÚBLICA, 2/3., 1996/1997, Recife/Olinda. *Anais*. Recife, DES-SEE/PE, maio. 1998.
- ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FREITAS, Luis Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papyrus, 1995.
- GARIGLIO, José Ângelo. A ludicidade no "jogo" de relações trabalho/escola. *Movimento*. Porto Alegre: UFRGS, a. 2, n. 3, p. 27-33, 1995.
- GIROUX, Henry. *Escola crítica e política cultural*. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. Lisboa: Seara Nova, V. 01, 1976
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- KUNZ, Elenor. A educação física: mudanças e concepções. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 28-32, set. 1988.
- KUNZ, Elenor. O esporte enquanto fator determinante da educação física. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, a. IV, n. 15, p. 63-73, jul./set. 1989.
- KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.
- LOUREIRO, Robson. *Pedagogia histórico-crítica e educação física: a relação teoria e prática*. Piracicaba, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIMEP.
- MELO, Victor e NASCIMENTO, Marcos Avellar. *Repensando as Olimpíadas escolares: Uma Proposta*. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 1997.
- MOVIMENTO. Porto Alegre, Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ano VI nº 12, 2000/1.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ArfMed, 1998. p. 13-26.
- RETONDAR, Jeferson José Moebus. Movimento lúdico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 06-09, set. 1996.
- SAVIANI, Dermeval. Filosofia da educação: crise da modernidade e futuro da filosofia da práxis. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. São Paulo/Bragança Paulista: Cortez/USF-IFAM, 1996. p.167-185.
- SNYDERS, Georges. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moraes, 1977.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Rumo ao próximo milênio. *Revista da Educação Física*, Maringá, v. 5, n. 1, p. 03, out. 1994.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Perspectivas pedagógicas em educação física. In: GUEDES, Onacir Carneiro (Org.). *Atividade física: uma abordagem multidimensional*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 106-130.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. O processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física. In: BRZEZINSKI, Iria. *Formação de professores: Um desafio*. (Org.) Goiânia, Goiás: UCG, 1996.
- TOGNOLLI, Cláudio. "A vietnamização dos corpos". In: Caros Amigos. Ano IV número 44 novembro 2000.

NOTAS

¹ O presente texto subsidiou a intervenção na 1º CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO, ocorrida em Brasília/DF. 22 A 23 DE NOVEMBRO DE 2000.

² Desporto e Esporte são toma dos aqui com o mesmo sentido, sendo utilizado, no decorrer do texto, de acordo com o autor mencionado. Assumi aqui a denominação sugerida pelos or-

ganizadores do evento Desporto Educacional no mesmo sentido de Esporte educacional.

³ Projeto Histórico

⁴ As referências bibliográficas do presente texto anotam os principais críticos ao desporto que vem subsidiando as discussões no Brasil.

⁵ Constituição Nacional Capítulo III Seção I Artigo 205. E Artigo 217.

⁶ Tramita na Câmara Municipal de Salvador Projeto de autoria do Vereador Daniel Almeida (PC doB) instituindo os "Jogos Olímpicos Municipais" com o intuito de propiciar "treinamento esportivo e competições atléticas às crianças e jovens", bem como a "captação de novos atletas". Projeto que vem sendo severamente criticado considerando o acumulado acerca das competições com crianças, da seleção precoce e da perda de autonomia da escola frente à instituição desportiva e as ingerências políticas.

⁷ Justo no momento em que estamos participando da I Conferência Nacional de Educação Cultura e Desporto são divulgados pela imprensa nacional os dados do SAEB - Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Básica -, que demonstram o fracasso das políticas educacionais no Brasil. Ver a respeito os exemplares da Folha de São Paulo das semanas de 19 a 25 e, 26 a 30 de novembro de 2000.

⁸ Ver mais In: TOGNOLLI Cláudio. "a vietnamitização dos corpos". In: Caros Ar.: IV numero 44 novembro 2000 p.44.

⁹ Por ocasião da elaboração da LDB e dos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais — tivemos a oportunidade de nos pronunciarmos a respeito da política do governo, em um texto publicado pelo CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (1997) no Livro "Educação Física Escolar Frente à LDB e aos PCNs: Profissionais analisam re-

novações, modismos e interesses. Páginas 25-61.

¹⁰ Ver mais In: NASCIMENTO, Marcos e MELO, Victor. Repensando as Olimpíadas escolares uma proposta. Rio de Janeiro. Edição dos autores, 1997.

¹¹ Apresentamos à Coordenação da Mesa o texto do CBCE, em anexo, manifestando nosso apoio público ao mesmo solicitando sua inclusão nos anais de evento, apoiando a posição encaminhada no debate pelo professor José Falcão UFSC/UFBA.

¹² Ver a respeito da delimitação do Campo acadêmico as contribuições de BRACHT, Valter. A Construção do campo Acadêmico Educação Física no período de 1960 até nossos dias: Onde ficou a Educação Física. UFES, (mimeo.), 1996, e também TAFFAREL, Celi., Perspectivas/Possibilidades da Educação Física. UFPE. (mimeo.) 1997.

¹³ Ver mais a respeito in: GONÇALVES, Joseir & TAFFAREL, Celi. Profissional de Educação Física...Existe? Resenha Crítica do livro de STEINHILBER. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. CBCE. Volume 18-Nº 3, maio/97 (233-239).

¹⁴ Sugiro a inclusão, também, do mercado como língua universal, para fazer justiça a todo o esforço de convencimento nesse sentido desenvolvido pelos governantes e pela mídia.

¹⁵ Para compreendermos melhor as questões do PROGRAMA de reivindicações transitórias e permanentes sugerimos. MARX & ENGELS. Manifesto do partido Comunista. LENIN As teses de Abril e TROTSKY O programa de transição.

¹⁶ Sobre o tema consultar TAFFAREL, Celi O processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física. In: BRZEZINSKI, Iria. Formação de professores: Um desafio. (Org.) Goiânia, Goiás: UCG, 1996.

¹⁷ Sobre financiamento da Educação Ciência & Tecnologia constatamos os confrontos no Parlamento dos interesses de diversos setores, sendo isto evidente, tanto no Plano Nacional de Educação e o percentual destinado para educação, quanto no orçamento anual previsto para as diversas áreas de atuação do governo mas não cumpridas. Para exemplificar podemos mencionar que o orçamento para a área social previsto em 1999 não foi aplicado integralmente cortando-se 2/3 do previsto.

¹⁸ O Brasil é um dos países de pior distribuição de renda do mundo e a tendência a concentração continua ampliada.

¹⁹ Ver mais a respeito In: MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha. Coimbra, Portugal: Sentelha, 1975.

²⁰ A outra postura descrita por Bracht (1997b, p. 89) é a postura (neo) liberal da crença no mercado, que leva o poder público a uma simples abstenção ou, no máximo, a uma observação fiscalizante, fundamentada também na análise de cunho pós-modernista que hipervaloriza a experiência individual como parâmetro de julgamento.

²¹ TSYGANKOV, V "Introdução". In: Academia de Ciências de URSS (Org.) O socialismo e a ciência. Moscou: Progresso, 1987.

²² TROTSKY, Programa de Transição. São Paulo, Comissão de Formação, 1995. 55ª Aniversário do assassinato de Trotsky e 100ª Aniversário da Morte de F. Engels.

²³ GRAMSCI, A. Escritos Políticos. Lisboa: Seara Nova, V. 01, 1976.

²⁴ Encontramos na literatura específica da educação significativas contribuições acerca do PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO, que apresentam sistematizações diversas. Entre elas destacamos as propostas por SAVIANI, D.

em seu livro "Escola e Democracia". 20 Ed. São Paulo: Cortez, 1998. Onde é apresentada uma síntese das principais teorias da educação abrangendo teorias não-criticas (pedagogia tradicional, pedagogia nova, e pedagogia tecnicista), as teorias crítico reprodutivistas (teoria da escola enquanto violência simbólica, teoria da escola enquanto aparelho ideológico do Estado e, Teoria da escola Dual) e ainda uma teoria crítica da educação, a pedagogia histórico-crítica.

Outra classificação que apresenta um panorama das tendências e correntes existentes no pensamento pedagógico recente é a contribuição de LIBÂNEO, que estabelece um corte entre tendências acriticas, chamadas liberais, e tendências criticas, chamadas progressistas. A tendência liberal é apresentada nas versões da escola tradicional, escola nova e escola tecnicista. A tendência progressista inclui a escola libertadora, a libertaria e a crítico-social dos conteúdos. Ver mais In: LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar, Revista ANDE, 1983, nº6.

²⁵ Ver a respeito da construção da teoria pedagógica FREITAS, Luis Carlos (1995) Critica a Didática e ao processo de trabalho pedagógico e a construção da Teoria Pedagógica. Campinas/SP: Papirus.

²⁶ A tese de ESCOBAR, M. O (1996) Transformação da didática: Construção da teoria pedagógica. Campinas/SP: UNICAMP, Doutorado em Educação (tese), apresenta exemplos concretos e explicações científicas sobre a Educação Física e suas problemáticas significativas, levando em consideração o que aparece em livros e dissertações e a prática pedagógica em uma escola pública. Foram identificadas como problemáticas significativas os pares dialéticos "objetivos-avalia-

ção", organização do trabalho - trato com o conhecimento.

²⁷ Ver mais In: ASSMANN; Hugo. "Paradigmas Educacionais e Corporeidade" .2_7 Ed. Piracicaba, UNIMEP, 1994. HASSMAN defende que 'a corporeidade constitui a instância básica de critérios para qualquer discurso pertinente sobre sujeito e a consciência histórica.. O corpo é, do ponto de vista científico, a instância fundamental e básica para articular conceitos centrais para uma teoria pedagógica. Somente uma teoria da corporeidade pode fornecer as bases para uma teoria pedagógica. Discordamos desta posição por entendermos que a teoria pedagógica desenvolve-se como categorias da prática o que significa não considerar somente a corporeidade mas sim como se constroem nas relações sociais o que produz e reproduz a vida.

²⁸ Os termos omnidimensional ou politécnico estão sendo aqui empregados conforme desenvolvidos e apresentados no livro de MACHADO, Lucíola. Politécnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

²⁹ Refiro-me aos estudos de Rossana Valéria de Souza e Silva sobre as pesquisas realizadas nos Cursos de pós-graduação, tanto no Brasil quanto no exterior que evidenciam a ênfase em abordagens empirico-analítica e fenomenológica.

³⁰ Ver mais a respeito em Gaya, A. C. A. et alii (1997) Crescimento e Desenvolvimento Motor em escolares de 07 a 15 anos provenientes de famílias de baixa renda - Indicadores para planejamento de programas de Educação Física Escolar, voltados à promoção da saúde. Revista Movimento. Porto Alegre, nº 06, 1997 (encarte especial), e do mesmo autor. Dados, Interpretações e Implicações: acordos e desacordos

(1ª parte: a metodologia em questão). Movimento. Porto Alegre: v. 4, n. 08, 1998 e ainda, Dados, Interpretações: acordos e desacordos (2ª parte: as questões conceituais). Movimento, Porto Alegre: Ano V, nº 9 1998/2 e ainda in: GUEDES, Dartagnan & GUEDES, Joana. Educação Física Escolar: Uma proposta de Promoção da Saúde. In: APEF - Londrina V 17 Nº 14 janeiro/93 16-23.

³¹ Ver mais a respeito de fundamentos que orientaram as diretrizes curriculares no Brasil in: COLL, César (1996). PSICOLOGIA E CURRÍCULO; Uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo, Ática. Sobre a Crítica tecida especificamente na área de educação Física ver o livro organizado pelo CBCE (1997) sobre LDB e PCNs. Ijuí. Unijui.

³² HOBESBAW Erick. (1998) Manual da barbárie In: Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 268-292.

³³ A EMANCIPAÇÃO não esta sendo aqui considerada na perspectiva liberal clássica, para quem LIBERDADE é a ausência de interferência ou coerção. O Liberalismo trata de maneira limitada estas restrições, sobre opções relevantes e sobre quem são os agentes, visto como independentes, inclusive do mercado. O Marxismo tende a ver a liberdade em termos dos obstáculos à emancipação humana e ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana. Entre os obstáculos destaca-se a condição de trabalho assalariado. A Liberdade como auto-determinação é coletiva, relacionando-se o direito a liberdade com o egoísmo e a propriedade privada que restringem outras liberdades mais valiosas.. Kunz discute a questão sobre esclarecimento e emancipação no texto: "Esclarecimento e Emancipação". In: Revista Mo-

vimento. UFRGS - Ano V Nº 10, pp. 35-39, 1999/1.

UNITERMOS

Desporto educacional; educação Física, Prática Pedagógica e Políticas Públicas.

**Celi Neuza Zulke Taffarel é professora Dra. Titular Depar-*

tamento III - Educação Física - FACED/UFBA. Pós-Doutoramento na Universidade de Oldenburg Alemanha. Doutorado em Educação na UNICAMP. Endereço: FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED UFBA Av Reitor Miguel Calmon S/N Vale do Canela Salvador Bahia, CEP 40210-100.

E-mail taffarel@ufba.br